



ATA Nº 5/2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Joana Filipa Ferreira Tirano, António Manuel da Silva Moreira, João Luís Bispo Mota Bogalho e Gonçalo Filipe dos Santos Montez, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta minutos, verificando-se a existência de quórum (30 presenças), o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2014 referente à sessão ordinária de 27 de setembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2014 por maioria dos presentes, com 27 votos a favor, 1 voto contra Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e 2 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Rui Miguel da Costa e Silva (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** apresentada por escrito e que se transcreve na íntegra: -----



----- “Na data de 26.08.2014 dei entrada de um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior, onde solicitei o acesso às cópias das gravações de quatro sessões deste órgão deliberativo, em que participei, enquanto representante eleito pelo Partido Socialista. Uma das quatro sessões da Assembleia Municipal de Rio Maior, da qual solicitei a gravação integral, era datada de 28.06.2014, pelo que, neste caso, o pedido de acesso à gravação foi anterior à própria aprovação da acta referente a essa sessão. Aliás, o pedido de acesso à cópia da gravação desta sessão, é inclusivamente anterior à data de envio da proposta de acta pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal, o que aconteceu a 05.09.2014, sendo que a acta só veio a ser aprovada no passado dia 27.09.2014. Por conseguinte, não posso concordar com o que consta na acta aqui em votação, na parte em que se lê (na página 3 da referida acta), e passo a citar, «Por fim, o 3º ponto foi ouvir a Comissão Permanente sobre o pedido formulado pelo Deputado Ivan Costa para a disponibilização das gravações em formato mp3 das sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta as circunstâncias das actas terem sido já aprovadas na mesma». Na verdade, a acta de 28.06.2014 ainda não tinha sido aprovada, aquando do meu pedido de acesso à gravação, conforme referido. Por este motivo voto contra e, neste sentido, solicito que esta declaração seja registada na íntegra em acta, colocando-me à disposição para enviar o texto *ipsis verbis*, por email, se for necessário”. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que foi apresentada à Mesa, nos termos regimentais, carta do Deputado Municipal Rui Miguel da Costa e Silva onde informa que não integra nenhum grupo municipal e que irá exercer o mandato como independente. De seguida passou a dar uma informação que se transcreve na íntegra e da qual será extraída certidão para efeitos de envio à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. -----

----- “Conforme consta da acta acabada de aprovar, em reunião ocorrida no passado dia 18.09.2014, reuniu a Comissão Permanente que, entre outras questões, deliberou sobre, **e passo a citar a acta**, “ *o pedido formulado pelo Deputado Ivan Costa para a disponibilização das gravações em formato mp3 das sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta as circunstâncias das atas terem sido já aprovadas na*



mesma. Informou que não foi ainda dada resposta a esse pedido porque a ata da Comissão Permanente acabou de ser assinada e portanto que o que foi decidido, por unanimidade, foi que considerando que as atas foram aprovadas e não foi arguida a sua falsidade, recusar essa disponibilização, sem embargo de se reconhecer a todos os membros da Assembleia Municipal o direito a terem acesso as gravações das sessões após a sua realização, em particular no período que medeia o envio do projeto da ata e do termo do período para reclamarem da respectiva redação. Acrescentou que esse direito será exercido nas instalações da câmara municipal, devendo ser enviada recomendação à câmara municipal no sentido desta propiciar aos membros da Assembleia que o requererem a audição daquelas gravações, embora sem possibilidade de as copiar. Disse que a recomendação será enviada, na próxima segunda-feira, à câmara com cópia da ata da Comissão Permanente e será respondido formalmente ao senhor Deputado Ivan Costa.” -----

----- Na sequência desta deliberação o Presidente da AM enviou, logo na segunda-feira seguinte, dia 29.09: -----

a) às 10H e 36 M um email dirigido aos serviços de apoio a esta AM, com o seguinte texto: -----

“ Reporto-me ao requerimento de 29.08.2014, apresentado pela membro da AM Sr. Ivan Costa, a solicitar a disponibilização das gravações, em formato “mp3”, das sessões da Assembleia Municipal. -----

Relativamente a este assunto, informo que em reunião da Comissão Permanente ocorrida no passado dia 18.09, foi, por unanimidade, deliberado o seguinte: -----

TRÊS: Ouvir a CP sobre o pedido formulado pelo deputado Sr. Ivan Costa para a disponibilização das gravações, em formato “mp3”, das sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta a circunstância das actas terem sido já aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS: Deliberação Unânime: -----

Requerimento para a disponibilização das gravações, em formato “mp3” das sessões da Assembleia Municipal: considerando que as actas foram aprovadas, e não foi arguida a sua falsidade, recusar essa disponibilização, sem embargo de se reconhecer a todos os membros da Assembleia Municipal o direito a terem acesso às gravações das sessões após a sua realização, em particular, no período que medeia entre o envio do projecto de acta e o término do período para reclamarem da respectiva redacção. Este direito será exercido nas instalações da Câmara Municipal devendo ser



enviada recomendação à Câmara Municipal no sentido desta propiciar aos membros da Assembleia que o requererem a audição daquelas gravações, embora sem a possibilidade de as copiarem. -----

Anexo cópia da referida acta. -----

Visando dar cumprimento ao deliberado naquela sessão da Comissão Permanente, venho na qualidade de Presidente da AM, formular junto da Câmara Municipal a aludida recomendação, agradecendo que, em conformidade, reenvie este email à Câmara Municipal de Rio Maior para que este possa providenciar no sentido do supra propugnado. -----

Apresento os meus melhores cumprimentos. -----

António Arribança” -----

b) E de seguida, às 10 H.38 m, ao Deputado Sr. Ivan Costa um email com o seguinte texto: -----

“ Exmo. Sr. Ivan Costa, bom dia. -----

Na sequência do seu requerimento de 29.08.2014, que anexo, a solicitar a disponibilização das gravações, em formato “mp3”, das sessões da Assembleia Municipal, informo que em reunião da Comissão Permanente ocorrida no passado dia 18.09, foi, por unanimidade, deliberado o seguinte: -----

TRÊS: Ouvir a CP sobre o pedido formulado pelo deputado Sr. Ivan Costa para a disponibilização das gravações, em formato “mp3”, das sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta a circunstância das actas terem sido já aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

PONTO TRÊS: Deliberação Unânime: -----

Requerimento para a disponibilização das gravações, em formato “mp3” das sessões da Assembleia Municipal: considerando que as actas foram aprovadas, e não foi arguida a sua falsidade, recusar essa disponibilização, sem embargo de se reconhecer a todos os membros da Assembleia Municipal o direito a terem acesso às gravações das sessões após a sua realização, em particular, no período que medeia entre o envio do projecto de acta e o término do período para reclamarem da respectiva redacção. Este direito será exercido nas instalações da Câmara Municipal devendo ser enviada recomendação à Câmara Municipal no sentido desta propiciar aos membros da Assembleia que o requererem a audição daquelas gravações, embora sem a possibilidade de as copiarem. -----

Informo V. Exa. que já hoje fiz seguir para a CM a aludida recomendação. -----



Apresento os meus melhores cumprimentos. -----
António Arribança” -----

No dia 30.09.2014 os serviços desta AM reenviaram email da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos sob a epígrafe de “ Queixa apresentada por Ivan Carlos Fernando Abreu da Cruz e Costa contra o Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior (of. 1462)”, “ Ref. Proc. 555/2014 – Queixa apresentada em 2014.09.29” e com o seguinte texto: -----

“ Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos de enviar a V. Exa os documentos anexos, a fim de se pronunciar, no prazo de dez dias (cfr. artigo 15.º, n.º 3, da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto), sobre a queixa apresentada a esta Comissão.” -----

Por comunicação de 06.10.2014, e na qualidade de PAM, respondi ao Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, juntando documentação diversa, pugnando pela bondade da deliberação tomada na reunião da Comissão Permanente. -----

Por carta datada de 20.11.2014 a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos deu-me conhecimento do seu parecer nº 411/2013 que entendeu deferir a pretensão do requerente. -----

No dia 01.12.2014, por email dirigido a todos os membros da Comissão Permanente, dei-lhes conhecimento do aludido parecer. Cito o referido email: -----

“ Caro Amigos, bom dia. -----
Reporto-me ao pedido formulado pelo membro da Assembleia Municipal Sr. Ivan Carlos Fernandes Abreu da Cruz e Costa requerendo as gravações integrais, em formato “mp3”, das sessões da Assembleia Municipal de 30.11.2013, 08.02.2014, 28.04.2014 e 28.06.2014, bem como, ao Parecer nº 411/2013 da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos que entendeu deferir a pretensão do requerente. ----
Anexo para v/ apreciação: -----

- i) Cópia do Parecer da CADA; -----*
- ii) Lei 46/2007; -----*
- iii) Estudo elaborado pela CADA sobre o acesso à informação dos eleitos locais; -----*
- iv) Projecto de resposta a ser enviada por mim à CADA; -----*
- v) Projecto da carta a ser enviada por mim à CMRM. -----*



Pretendo enviar a resposta e a carta em 04.10, pelo que, e considerando que este assunto foi deliberado por unanimidade na Comissão Permanente, agradeço se pronunciem. -----

Com a estima e os melhores cumprimentos do -----
António Arribança” -----

Dos oito membros da Comissão Permanente, sete sem contar com o PAM, apenas de dois recebi resposta, uma manifestando perplexidade perante aquele parecer Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e a outra a sua clara oposição perante o teor mesmo. -----

Perante esta situação, e considerando, (i) a completa desconsideração, por parte daquela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, do valor jurídico duma acta após a sua aprovação, desconsideração que, registe-se, não se entende e, salvo o devido respeito, não se encontra justificado no Douo Parecer em apreço, bem como, (ii) a total ausência de qualquer argumentação que coloque em crise a deliberação unânime tomada em sede da Comissão Permanente da Assembleia Municipal que não recusou o acesso às gravações, apenas a tendo disciplinado temporalmente considerando que após a aprovação da acta, esta sim, é o único documento administrativo a que pode e deve ser atribuída tal natureza, (iii) a circunstância, não negligenciável, da CCDRC já ter emitido um parecer no sentido de desconsiderar as gravações como documento administrativo, opinião, aliás, partilhada pelo PMA, **decidiu esta Mesa, em respeito pela deliberação unânime tomada em sede da Comissão Permanente, órgão regimental desta Assembleia Municipal, e pese embora o maior respeito que lhe merecem os Ilustres Membros daquela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, dever este assunto ser colocado à deliberação da Assembleia Municipal na próxima sessão, informação que, entretanto, irá ser prestada à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.**” -----

----- Informou que este será um assunto que será presente à próxima Assembleia Municipal para que esta ratifique ou não a decisão tomada pela Mesa. -----

----- Informou também que foi apresentado na Mesa um voto de congratulação a Jorge Fernandes Miguel subscrito pela Assembleia Municipal e passou a palavra ao 1º secretário para a leitura do mesmo (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----



----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Fez uma pequena reflexão sobre a vida de todos, os afetos, os percursos, os sonhos, os objetivos e os momentos que vão construindo a vida de cada um de nós e formando memórias e a relação entre passado, presente e futuro, não só o próprio mas também o dos filhos e netos. Concluiu dizendo que a sua forma de desejar a todos um bom natal e um feliz ano novo é desejando que todos juntos consigamos criar um melhor futuro. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por desejar, em nome da Coligação Democrática Unitária (CDU) e em seu nome pessoas, boas festas, um santo natal e um próspero ano de 2015 com uma política patriótica e de esquerda. -----

----- Deu conhecimento da situação, bastante desagradável, que aconteceu com o Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, em que este foi alvo de correspondência insultuosa e anónima, entregue na sua residência na sequência de uma entrevista ao jornal “O Mirante”, que leu para conhecimento de todos por considerar que é o mais correto num ambiente de democracia e liberdade, lamentando que ainda existam pessoas com este tipo de conduta em Rio Maior. -----



----- De seguida referiu-se às freguesias e às uniões forçadas através da legislação dizendo que a CDU continua a lutar que esta situação seja revertida e que como residente na Vila da Marmeleira afirmou que é sentimento da população uma degradação da própria vila, dando conhecimento da situação da iluminação pública que em algumas zonas é inexistente, da situação da Rua Dr. Francisco Joaquim Ferreira, que se prolonga há já muitos anos, que tem um problema de inundações e, porque um munícipe não autoriza a resolução através do seu terreno, continua cada vez mais grave prejudicando a vida das pessoas do bairro social, e ainda da situação das pavimentações necessárias em várias estradas da vila, algumas de extrema gravidade. Chamou ainda à atenção para o derrube de terras e em especial para uma parte onde, dada a sua instabilidade, pode vir a cair para a estrada e também para o estado de degradação de algumas casas que se encontram em risco na vila e que representam um perigo especialmente para as crianças que numa brincadeira lá podem entrar. Indicou que irá ainda apresentar mais duas questões por escrito dada a sua natureza delicada e referiu ainda que a condição presente da freguesia causou à sede da vila uma inferiorização em relação a Assentiz. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Relativamente à situação da carta anónima disse que as cartas anónimas só se admitem em situações muito excecionais de denúncia de crimes graves, devidamente concretizados e quando o denunciante pode ser penalizado por o ter feito, de outra forma são instrumentos vis, que nada valem, nem sequer o tempo que com eles se perde. Solidarizou-se com o Vereador Augusto Figueiredo e considerou que estes são procedimentos absolutamente inqualificáveis. -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com desejos de boas festas. -----

----- Interveio para fazer um exercício de reflexão acerca daquilo que de novo há em Rio Maior desde há cinco anos atrás e destacou alguns casos que marcam a diferença: os eventos que vieram realçar as Marinhas do Sal, a existência de um novo edifício que descaracterizou a zona da antiga praça e, muito embora os serviços lá prestados sejam um benefício, não é ainda evidente a mais-valia da sua implantação naquele local e a instalação de uma grande empresa na zona industrial com a promessa de criação de um número significativo de empregos, o que até há data não se verificou. Disse ainda que atualmente o número de lojas diminuiu e, por



consequente, o comércio, o tribunal perdeu importância existindo apenas estâncias menores, o centro de saúde perdeu competências e que, pelo que que corre, vai acontecer o mesmo aos serviços de finanças de Rio Maior. Falou também da requalificação da Rua Professor Manuel José Ferreira que considerou ser uma obra mal projetada e executada em termos de circulação, entradas e estacionamento. -----

----- **Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com desejos de boas festas. -----

----- Referindo-se ao evento dos presépios de sal considerou que esta é uma iniciativa de grande valor para o concelho por trazer um grande número de visitantes a Rio Maior, tal como a decoração de natal da Praça da República e em várias ruas que incentivam a que as pessoas saiam e passem pela cidade. Agradeceu, por isso, à Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e à Câmara Municipal o trabalho feito no sentido de tornar atrativa a cidade. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com desejos de boas festas. -----

----- Interveio para informar que a sua aldeia continua sem números de polícia, tal como outras, e questionou se está para breve a atribuição de numeração onde ainda não existe. Pede ainda que lhe fosse esclarecido se foram pagas as despesas relativamente às Tasquinhas de 2014 e à Frimor 2014, qual o saldo das entradas da primeira e quando tenciona a câmara municipal pagar às associações que estiveram presentes ou se agora são as associações que subsidiam a Câmara. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Lamentou a ocorrência de mais alguns atropelamentos na cidade de Rio Maior, dizendo que infelizmente é algo que tem sido recorrente ainda que desta vez tenham provocado apenas ferimentos ligeiros, fazendo votos, desde logo, para que as vítimas recuperem rapidamente. Continuou afirmando que esta situação vem levantar novamente a questão da existência de semáforos junto às passadeiras, como acontece atualmente nas principais artérias de grande parte das cidades de média dimensão, e que através de um estudo se conseguirá identificar os pontos mais perigosos da cidade e colocar semáforos, nem que sejam accionados apenas quando



os peões pretendam atravessar a passadeiras, não prejudicando o normal fluir do trânsito. -----

----- Seguidamente referiu-se à existência de um grande número de prédios devolutos e em ruínas no perímetro da cidade de Rio Maior e questionou se a câmara possui alguma lista actualizada desses imóveis, Solicitando desde logo, em caso afirmativo, uma cópia dessa mesma lista para posterior análise. -----

----- Abordou também a problemática da iluminação do espaço público e dos edifícios públicos dizendo que se trata de uma área de intervenção prioritária, sob o ponto de vista da redução de custos e do impacto ambiental, de que é exemplo o uso cada vez maior da tecnologia LED. Nesse sentido, tendo em conta que o envelope dos novos fundos comunitários será uma oportunidade única que ninguém quererá perder questionou se a Câmara tem, neste momento, algum projeto nesse âmbito que possa candidatar aos fundos comunitários. -----

----- Questionou o Presidente da Mesa do porquê da alteração da data de realização da presente sessão de 29 de novembro para 6 de dezembro e desta data para 13 de dezembro. -----

----- Solicitou também informação de quantos cães foram abatidos no canil municipal de Rio Maior nos últimos cinco anos e porque motivo tal aconteceu. -----

----- Para finalizar disse haver outras questões para colocar mas que, por assim o entender, irão dar entrada sob a forma de requerimentos por conterem pedidos de informação nominais relativos a concursos públicos, contratos de ajuste direto e a um processo de impugnação de actos administrativos interposto por um cidadão. Afirmou ainda que todas as questões entretanto já colocadas poderão ser respondidas por escrito se tal for considerado mais conveniente e útil à economia dos serviços. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu desde logo que as alterações das datas previstas para a sessão da Assembleia Municipal tiveram como causa, a primeira, coincidir com o Congresso do Partido Socialista e a segunda vez por motivos de natureza pessoal do próprio Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Elogiou o tratamento dado à cidade com a requalificação, com a decoração de natal e com a tentativa de dinamização do comércio nesta altura muito embora não se



veja que as pessoas tenham condições para comprar e gastar, deixando, por isso, a desejar o resultado obtido com esta dinamização. -----

----- Disse que em relação aos reparos feitos nas últimas Assembleias Municipais muitas das coisas foram efetivamente feitas, estando praticamente todas concluídas. No entanto voltou a referir a situação da passadeira junto à Pastelaria Belaria e ao desnível da mesma porque voltou a lá cair uma pessoa. Referiu que na mesma rua, embora a sede da rodoviária já não seja ali, existe um ponto de paragem de autocarros bastante movimentado e não existe um abrigo onde as pessoas se possam recolher e abrigar. -----

----- Relativamente à obra que se encontra a ser executada na Estrada Nacional 1 chamou à atenção para a queda de um muro no local e questionou se existe alguma previsão para a finalização da mesma. Questionou também acerca da situação na Estrada da Azinheira/Quintas/Arruda/Outeiro e ao facto de os areeiros continuarem a avançar e a expandir-se em direção à estrada, se existem efetivamente licenciamentos e autorizações para o efeito. -----

----- Por fim desejou a todos e às suas famílias em Santo e Feliz Natal. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de bom natal e próspero ano de 2015. -----

----- Interveio para dar conta de um grave problema do concelho que se vem a arrastar, com consequências ainda não totalmente previstas, que é o direito à saúde, referindo que este está constitucionalmente consagrado, que é geral, universal, acessível a todos e tendencialmente gratuito. Afirmou que aquilo a que se tem assistido nos últimos anos no concelho de Rio Maior, agravando-se nos últimos três anos, foi ao encerramento das extensões de saúde rurais, ao encerramento de valências no centro de saúde, como a radiologia que apenas existe em alguns dias a algumas horas, ao aumento do número de utentes sem médico de família, hoje mais de onze mil, cerca de metade da população, e a degradação da qualidade dos serviços prestados. Salientou que mesmo os médicos cubanos que vão sendo colocados, que apenas podem fazer atendimento complementar aos utentes, é a autarquia que garante casa, água, luz e gás, e a verdade é que os utentes das pequenas freguesias estão sem serviços de saúde e se precisarem deles ou têm dinheiro ou não têm transportes com horários certos. Referiu que os utentes que têm sorte de pertencer à Unidade de Saúde Familiar das Salinas têm médico de família



mas os restantes, mesmo da cidade, apenas contam com o atendimento complementar, situação mais agravada ainda com a saída, por aposentação, de mais médicos, em particular em São João da Ribeira, Ribeira de São João, Malaqueijo e Vila da Marmeleira. Reforçou que a saúde é um dever do Estado central, que é uma função social que é paga com os impostos de todos e que não é à autarquia que compete garantir esse direito. Considerou que compete, neste momento, aos eleitos democraticamente, assembleia, câmara e juntas, lutar para garantir a qualidade de vida das populações que os elegeram, entrando num novo estágio de envolvimento das populações, responsabilizando quem faz da governação da saúde não o exercício de um direito, mas a permanente destruição do serviço nacional de saúde pública para através da sua degradação alcançar a privatização e satisfazer interesses financeiros das seguradoras e dos grandes grupos económicos. Disse que é altura da assembleia conhecer e aprofundar o estado da prestação dos cuidados de saúde ao concelho de Rio Maior, solicitando a CDU a marcação de uma assembleia municipal temática com o tema “A situação atual da prestação de cuidados de saúde no concelho de Rio Maior”, com a participação das entidades responsáveis e população, assim como especialistas. Acrescentou que, enquanto eleitos pelo povo de Rio Maior, não podem continuar à assistir à destruição do serviço nacional de saúde e ao aumento do sofrimento das pessoas por este direito estar cada vez mais caro, mais distante e de menor qualidade. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao voto de congratulação apresentado recordou e reconheceu o trajeto do Jorge Miguel tanto na Câmara Municipal como a importância que teve para a generalização da prática desportiva, nomeadamente da marcha, e também naquilo que se costuma designar como alto rendimento relativamente aos atletas referidos no voto, todos eles de Rio Maior. -----

----- No que se refere ao ranking das escolas disse que da análise dos dados que foram publicados referentes a alunos carenciados chegou à conclusão que dos vinte e um concelhos do distrito de Santarém, Rio Maior é o terceiro concelho com maior percentagem de alunos carenciados, só sendo ultrapassado pelo Sardoal e Ferreira do Zêzere. Considerou que estes são números que a todos devem preocupar e gerar alertas, porque em causa está o futuro do concelho, sendo esta uma dimensão muito crítica da crise e que todos devem unir esforços para a combater. -----



----- Terminou desejando um bom natal a todos, um feliz ano novo e que 2015 seja um ano de retomar da confiança e da esperança no país. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Escusou-se, nesta sessão da Assembleia, de tecer mais considerações acerca das atas porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal já comunicou as informações e porque o assunto será trazido à próxima sessão. -----

----- De seguida disse que num momento em que o nosso país atravessa mais uma fase difícil da sua história onde a democracia e os políticos estão postos em causa, as suas atuações são postas em causa, não quis deixar de lembrar Sá Carneiro, quando faz trinta e quatro anos da sua morte num acidente de aviação ainda por esclarecer devidamente, como democrata, um homem marcante pela clareza, à frente do seu tempo e com uma visão de futuro e como Social-democrata não podia deixar de lembrar quem foi e que passaram 34 anos do seu prematuro desaparecimento. -----

----- Endereçou os parabéns ao executivo camarário pelas decorações de natal na cidade e pela dinamização desta quadra pelas ruas em parceria com diversas entidades. Disse que esta é também a época de lembrar aqueles que mais necessitam e refletir sobre as próprias atitudes e gestos no sentido de corrigir erros cometidos tornando a todos pessoas melhores, se assim for possível. -----

----- Terminou desejando a todos os presentes e às suas famílias votos de boas festas, um santo e feliz natal e que 2015 seja melhor para todos e traga alguma luz. ---

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra à Presidente da Câmara deixou duas notas, uma referente ao pedido feito para a realização de uma assembleia temática, sobre a qual esclareceu que existe um formalismo próprio, não bastando pedir oralmente, tendo que ser feito por escrito, conforme preceitua o artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal. A outra nota foi para deixar claro que, relativamente à declaração de voto do Deputado Ivan Costa, os factos que refere, em si mesmo são verdadeiros. Mas aquilo que diz era inexequível, ou seja; a ata da reunião da Comissão Permanente só no dia 27 de Setembro foi assinada. E assinada esta, da mesma foi dado conhecimento a esta Assembleia nesse mesmo dia 27 de Setembro, sendo que, só a partir de então, é que a decisão ou a deliberação da comissão passou a vigor, ou seja daí para a frente. -----



----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes e desejou a todos e às famílias um feliz e santo natal e que o ano de 2015 seja feliz estendo estes votos a toda a comunidade. -----

----- Relativamente à carta anónima disse ter tido conhecimento da situação anteriormente e que em reunião de Câmara todo o executivo municipal se solidarizou com o Vereador Augusto Figueiredo e lamentou que numa altura em que a democracia está madura ainda se tenham atitudes desta natureza. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Balanço efetuado sobre os cinco anos de governação da Coligação Juntos pelo Futuro: Agradeceu o elogio endereçado ao executivo municipal e disse que se trata de um balanço muito reduzido, salientando que há um ano os eleitores de Rio Maior fizeram também eles esse balanço e a resposta resultou na sua reeleição. Disse ainda que o do pequeno balanço aqui feito se esqueceu de muitas situações, como a rede viária, os dois centros escolares, o funcionamento da rede social, da reabilitação urbana da zona antiga da cidade e de muito mais trabalho que foi feito ao longo dos cinco anos. -----

----- Numeração de polícia: Deu conhecimento da informação dos serviços de toponímia onde refere que o trabalho em Marinhas do Sal está concluído e será presente a partir de janeiro à reunião da comissão municipal de toponímia, no Pé da Serra foi efetuado o trabalho de campo e esta em fase de finalização para entrega do trabalho para ser presente a reunião da comissão municipal de toponímia e na Caniceira não foi ainda iniciado o trabalho o que será feito logo que seja efetuado os trabalhos de conclusão em Vale da Laranja e que seja entregue o trabalho desenvolvido em Pé da Serra. Informou ainda que segundo informação dos serviços a ordem pela qual estão a intervir foi a indicada pelos CTT como prioritárias. -----

----- Transferências para as associações dos valores referentes às Tasquinhas e Frimor 2014: Informou que os valores serão transferidos logo após a concretização do empréstimo de curto prazo e que em relação à afirmação de que são as associações a subsidiar a câmara todos sabem que todas as verbas angariadas revertem a favor das associações e que a câmara coloca à disposição dessas associações todos os meios



necessários para que possam trabalhar. Esclareceu ainda que os valores que estão em dívida referem-se apenas às refeições feitas nas tasquinhas e que são responsabilidade da Câmara e ao prémio de presença. -----

----- Loja do cidadão: Deu conhecimento dos dados oficiais do atendimento da Loja do Cidadão e que no período de 30 de junho a 21 de novembro foram efetuados pela Câmara Municipal 4951 (quatro mil novecentos e cinquenta e um) atendimentos presenciais, pelo Espaço do Cidadão 2024 dois mil e vinte e quatro), pelo Instituto de Registo e Notariado 9842 (nove mil oitocentos e quarenta e dois) e pela Segurança Social 9466 (nove mil quatrocentos e sessenta e seis), num total de 26 283 (vinte e seis mil duzentos e oitenta e três) atendimentos presenciais. -----

----- Saúde: Conforme vem dizendo nas reuniões de Câmara e nas Assembleias Municipais reafirmou que a questão da saúde no concelho de Rio Maior é uma preocupação do executivo, porque não sendo da sua competência é da sua responsabilidade e tem sido público que têm sido feitas todas as diligências quer individualmente quer no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e em outros fóruns nos quais tem assento. Disse que o número de utentes do centro de saúde é superior ao dos habitantes do concelho por estarem inscritos neste centro de saúde residentes em outras freguesias limítrofes e a população pendular, num total de vinte e quatro mil, dos quais onze mil não têm médico de família e que têm um atendimento por consultas de recurso, para além do atendimento complementar que se realiza ao fim do dia, realizadas pelos médicos cubanos que foram destacados para o centro de saúde de Rio Maior. Acerca destes médicos disse ainda que estes fazem todo o atendimento normal, prescrições e também atendimento de grupos de risco e que assim sendo quando a Câmara foi confrontada com a possibilidade de vinda dos mesmos tudo fez para que isso acontecesse. Salientou ainda todo o serviço que é feito pelas unidades móveis de saúde nos cuidados à comunidade e nas freguesias e que evitam que esses doentes se desloquem depois ao centro de saúde. Em relação às extensões de saúde das freguesias disse saber que já existiram alguns contactos e que se procuram soluções no sentido de resolver a situação, inclusive por via dos concursos que serão abertos para enfermeiros. -----

----- Ranking das escolas: Em relação aos dados apresentados disse que muitas vezes eles se devem ao rigor por parte das escolas no preenchimento dos formulários em cada um dos critérios e que nem sempre depois correspondem à realidade, admitindo que não obstante isso está é uma preocupação de todos. -----



----- Desemprego no concelho de Rio Maior: Deu conhecimento dos dados do desemprego que foi reduzindo ao longo do ano de 2014 e disse esperar que a unidade industrial que se instalou na zona industrial possa de alguma forma ajudar a atenuar e reduzir o número do desemprego no concelho. Referiu ainda que a Câmara Municipal a par do IEFP tem sido parte ativa no processo de tentar formar e inserir desempregados no mercado de trabalho através de vários programas. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes desejando as boas festas e um bom ano de 2015. -----

----- Informou e esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões: -----

----- Investimentos na Vila da Marmeleira: Registou as situações inumeradas e disse que irá falar com a Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz. -----

----- Obras na Estrada Nacional 1: Informou que o prazo é de noventa dias e que neste momento já se encontra feita a estacaria da primeira fase. Afirmou que algum transtorno no trânsito é incontornável e que o muro partido foi resultado de um embate de um camião. -----

----- Passadeiras: Deu conhecimento que já foi realizada reunião com o autor do projeto para a resolução da situação que não se tem mostrado disponível para qualquer alteração ao projeto. -----

----- Número de cães abatidos: Admitiu que no momento não dispõe dos dados solicitados e informou que o veterinário municipal tem vindo a encaminhar cães para os canis de Torres Novas, Torres Vedras e Cartaxo. Informou que o canil está esgotado, estando lá cerca de cinquenta cães, e segundo informação do veterinário municipal existem cerca de sessenta cães vadios pelo concelho sendo a sua captura um problema. -----

----- Prédios devolutos e em ruínas: Disse que existe uma quantidade considerável de prédios devolutos na cidade e nos arredores que são propriedade privada, e a câmara municipal tem tentado agir nas situações que constituem maior risco fazendo as respetivas vistorias para averiguar o estado dos mesmos. -----

----- Eficiência energética: Informou que a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo abriu um concurso para nesta área para os onze municípios que a compõem e que as intervenções que a Câmara tem vindo a fazer já resultaram numa poupança de



energia desde 2010, situando-se agora num gasto médio de cento e cinquenta mil euros ano. Admitiu que a tecnologia LED é boa mas representa uma despesa avultada no imediato aguardando-se assim os fundos comunitários de apoio. -----

----- Acidentes: Lamentou todos os acidentes que têm ocorrido pelo concelho, independentemente da boa rede de estradas existente e que por vezes a falta de civismo das pessoas origine este tipo desgraça. -----

----- Por fim registou algumas coisas bastante positivas para o concelho, como por exemplo o facto de a Escola Secundária ter ficado entre as oitenta melhores a nível nacional, a Escola Profissional tem recebido uma série de prémios internacionais e os excelentes resultados que a Desmor tem conseguido a todos os níveis. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou de seguida que seria, neste momento, colocado a votação o voto de congratulação apresentado pela Assembleia Municipal. -----

----- **Voto de Congratulação a Jorge Fernandes Miguel** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município**-----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Chamou à tenção que na última sessão da Assembleia Municipal pediu informação sobre o processo 1085/12 constante da listagem de processos judiciais, que até agora não foi fornecida, reiterando, por isso, o pedido. Considerou que esta informação acerca dos processos judiciais deveria ser mais pormenorizada no que respeita ao assunto a que se referem. -----

----- Solicitou ainda informação verbal e posteriormente por escrito, pormenorizada, quanto à ampliação e reforço de abastecimento de água ao concelho – remodelação de rede de abastecimento de água à Vila da Marmeleira. -----



----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que há um ano atrás foi aberto concurso para o efeito e que não teve andamento porque não foram abertas as candidaturas para o “Ciclo Urbano da água”, conforme informou a Presidente de Junta. Continuou dizendo que neste momento foi já publicado o regulamento para as candidaturas ao Programa Operacional Valorização do Território “Ciclo Urbano da água”, e que a Câmara já abriu concurso para a obra, já foi escolhida a empresa vencedora, já está inserido na plataforma e está a ser elaborado o contrato. Disse ainda que relativamente a todos os concursos e a todas as candidaturas no âmbito desse programa foi incluída uma cláusula que diz que no caso de não serem aprovadas as candidaturas os concursos não terão seguimento, com exceção do projeto da Vila Marmeleira que irá avançar seja qual for a situação embora sem se saber concretamente quando poderá ter início. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo desde logo que o facto de o orçamento ter que ser elaborado até 31 de outubro levou a que forçosamente se tenham que vir a fazer revisões e alterações de forma a adequá-lo porque quando o mesmo foi elaborado ainda não se sabiam as condições do orçamento de Estado para 2015, o que poderá acontecer no âmbito da contratualização de fundos comunitários e não foi incluído o saldo de gerência. Continuou dizendo que este é um orçamento de valor baixo, inferior a vinte milhões, devido às imposições e limitações legais mas que independentemente de tudo isso irá continuar o apoio às freguesias, ao movimento associativo e desportivo dentro dos valores possíveis e também o investimento na área do apoio ao empreendedorismo. Informou que cerca de 10% do orçamento corresponde ao custo da dívida, em amortização e juros, cerca de 25% da verba inscrita será destinada ao setor da educação e que na ação social houve um aumento nomeadamente com a criação do fundo de apoio social. Referiu que todo este trabalho que foi feito só foi possível devido ao apoio dos técnicos, colaboradores que têm permitido encontrar soluções inovadoras para viabilizar atividades recorrendo a parcerias com outros municípios e com os parceiros locais para baixar encargos. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----



----- Iniciou por dizer que sobre esta matéria, especificamente sobre as despesas com pessoal que ocupam uma importante fatia dos custos suportados pelo município, questionou acerca do facto de no orçamento de despesa, no que respeita ao capítulo económico 01, constar uma despesa de sessenta mil euros respeitante à rubrica “outro pessoal em qualquer outra situação”, dizendo que gostaria de saber concretamente a que se refere esta rubrica. Disse também que verificou que consta uma verba de dois milhões trezentos e cinquenta e um mil oitocentos e trinta euros com pessoal em funções, e que, como tal, gostaria de saber se esta verba inclui o pagamento das remunerações de todo o pessoal afecto aos quadros da autarquia. Justificou que coloca esta questão porque comparativamente com o orçamento da despesa de 2014, no mesmo ponto, verificou que se regista um acréscimo com os custos de pessoal, que eram em 2014 de dois milhões duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e nove euros, e que mediante as imposições legais, a considerável redução de cargos de direcção, o congelamento das progressões na carreira, as aposentações de vários funcionários, o facto de as novas contratações serem residuais, era expectável uma redução da despesa nesta rubrica e o que se apresenta é uma previsão de aumento desta despesa. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com desejos de boas festas. -----

----- Considerou que o documento apresentado demonstra o desafio em termos de sustentabilidade financeira seja pelas condicionantes associadas às transferências possíveis da parte do Estado seja pelo facto de não serem ainda conhecidas as possíveis transferências dos fundos comunitários relativamente à componente de investimento. Referiu que, por outro lado, também a lei dos compromissos e pagamentos em atraso e a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal se apresentam como condicionantes vêm, de alguma forma, condicionar a vontade de tornar este orçamento um pouco mais ambicioso. Relativamente à análise do documento em si referiu a disparidade dos valores em comparação a 2014, explicados pelas limitações de verbas de receita de capital provenientes da venda de propriedades municipais e do facto de não estar ainda inscrito os valores referentes aos fundos comunitários, mas que aquilo que é essencial para a componente de investimento, para a manutenção do apoio às freguesias, associações e clubes, para a componente desportiva, cultural e de turismo, está presente no documento, assim



como o reforço do fundo de emergência social. Salientou ainda a redução das verbas a transferir para a Desmor em cerca de cinquenta e cinco mil euros, revelando uma maior autonomia daquela empresa e também a manutenção dos postos de trabalho e a aposta na sua qualificação e formação. Indicou como aspectos a reter o reforço das transferências da administração central decorrentes das competências que assistem à Câmara, o aumento das despesas correntes, nomeadamente nas componentes da educação e da ação social e ainda o decréscimo de cerca de 10 % na aquisição de bens e serviços e em cerca de 39% nos juros bancários a pagar sobre os empréstimos. Destacou como aspecto relevante a redução previsível da dívida de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 em cerca de dois milhões de euros. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por se referir à situação da obra de abastecimento de água à Vila da Marmeleira e que embora não esteja previsto no orçamento de 2015 este projeto é exceção aceitando como bastante a palavra dada pela Presidente e do Vice-Presidente em como esta obra iria avançar. -----

----- Referindo-se ao plano e orçamento disse que se trata de documentos previsionais que plasmam uma orientação política e uma forma de governação, mas que o concelho, muito mais que documentos de contabilidade que refletem a política do atual governo de direita e os seus reflexos no poder local democrático, precisa de um projeto para o futuro. Afirmou que este tipo de política retira verbas aos municípios, citando como exemplo o Fundo de Apoio Municipal no âmbito do qual Rio Maior irá, durante sete anos, pagar cento e sessenta mil euros de contribuição para pagar as dívidas de outros municípios mal geridos, e que a burocracia, os espartilhos e as leis de compromissos e redução as verbas a que as populações têm direito, são elementos conformadores da vida das autarquias numa absoluta violação da autonomia do poder local, da lei das finanças locais e da constituição. Continuou dizendo que é neste quadro que se tentou entender o que a maioria propõe e, no entender da CDU, propõe pouco, não se vislumbrando uma ideia, um projeto para o futuro e para Rio Maior, limitando-se apenas ao cumprimento dos encargos com a dívida anual e o serviço da dívida, e a reduzir o valor do orçamento fruto de uma imposição legal de cálculo médio sobre vendas de bens imobiliários e material lenhoso dos últimos três anos. Evidenciou que, no entanto, a anterior prática que permitia empolar as receitas e encobrir o saldo negativo, já vem de anteriores executivos e que esta nova imposição contribui para a elaboração de orçamentos transparentes.



Continuou referindo-se às despesas no setor da eletricidade onde urge tomar medidas na racionalização e evolução tecnológica, e aos contratos desastrosos existentes como o da Águas do Oeste, sobre o qual terá que haver força e determinação política para a sua renegociação, ou os contratos com o Ministério da Educação para os transportes e refeições escolares, onde a Câmara Municipal paga mais do que recebe. Considerou que o dinheiro está assim a ser gasto no pagamento de acordos e contratos ruinosos para os riomaiorenses e que há que mudar o modo de governar, fazendo mais política e menos gestão contabilística apostando em novos projetos e numa visão para o futuro do concelho de Rio Maior, porque com as renegociações destes contratos o município de Rio Maior pode poupar de um milhão a um milhão e meio de euros e, na opinião da CDU, há que iniciar a renegociação e intervir politicamente no ataque a estes problemas, vontade de intervenção que não vêm da parte do presente executivo. Para terminar sugeriu que o montante correspondente ao aumento da verba que o município de Rio Maior vai receber no ano de 2015 via orçamento de Estado, trezentos e cinquenta mil euros, seja cativada para as freguesias com o objetivo de evitar as dificuldades que se verificaram este ano. Indicou o sentido de voto contra como um sinal político de exigência e porque Rio Maior merece mais, mas contudo não deixou de dizer que este tipo de política não vem só de agora, é uma política que já vem de anteriores executivos. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Fez menção ao facto de as forças políticas terem sido ouvidas e consultadas no que respeita à elaboração do orçamento e mesmo podendo não vir a alterar nada permite que as partes se ouçam, troquem ideias e demonstrem posições. -----

----- Relativamente ao documento apresentado disse tratar-se do orçamento mais baixo dos últimos anos e destacou a diminuição de verbas para a ação social, menos 10% que no ano de 2014, para a cultura e para o turismo. Disse que pode compreender a diminuição do valor do orçamento mas que as opções de distribuição das verbas são do executivo e no que se refere à ação social e à cultura deveria haver um cuidado maior e um reforço das verbas porque são atualmente áreas determinantes. Disse que se trata de um orçamento condicionado aos fundos comunitários, o que se compreende, e em face disso indicou o sentido de voto como abstenção porque entende o MICRM que o município e o executivo são vítimas da política governamental e da má gestão que tem vindo a ser feita e que esta é a forma



que foi encontrada de penalizar quem está no governo e as suas políticas e não o executivo da câmara municipal que fez, com toda a certeza, o melhor possível. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Iniciou por dizer que entende que a Assembleia Municipal é um órgão eminentemente político e que, enquanto cidadão membro da Assembleia, ao analisar o orçamento para 2015 partiu de dois pressupostos: primeiro, que gerir os destinos da coisa pública é colocar os recursos disponíveis ao serviço das pessoas e da comunidade na busca de melhores condições e qualidade de vida; segundo, que tal implica identificar problemas e necessidades, definir prioridades, construir soluções, avaliar impactos e dada a escassez dos recursos, fazer opções. Considerou ser esta a dimensão política da vida em sociedade, fazer opções, opções que segundo a visão do mundo e da vida de cada um, sirvam o bem comum, e que isto é ideologia. Continuou dizendo que foi com estes pressupostos que fez a leitura do orçamento municipal para 2015 com especial atenção à introdução assinada pela mão da Presidente da Câmara e onde tomou conhecimento que este orçamento é uma proposta limitada pela difícil situação conjuntural do país, que afectando todos atinge de forma incisiva os mais frágeis da sociedade, motivo que levou à criação de um fundo de emergência social que de trinta e dois milhões de euros em 2010 baixou para vinte milhões em 2015, mas que tal, no entender da própria Presidente, não significa desinvestimento municipal relevando o sucesso económico conseguido e que permitiu manter os apoios sociais e associativos e ainda contribuir para o fundo de apoio municipal. Referiu que nessa mesma introdução a Presidente considera ser este um ano de transição aguardando-se o acesso aos fundos do programa Portugal 2020 para apresentar as candidaturas que se acharem necessárias para o desenvolvimento do concelho, que pretende finalizar o processo de reorganização interna dos serviços municipais e manter parcerias com freguesias, clubes e demais associações do concelho e que termina considerando ser este um orçamento realista, no sentido em que permite a manutenção de prazos de pagamento, decréscimo de endividamento, manutenção de apoios sociais, investimento na educação e promoção turística e cultural. Confessou que quando chegou ao fim da leitura da introdução sentiu-se a um tempo só, incomodado e triste. Incomodado porque esperava um diagnóstico da situação do nosso concelho, uma análise demográfica, uma análise da atividade económica, dos problemas de saneamento básico, água, esgoto, energia, rede viária, do setor da saúde, da segurança pública, da situação social do concelho, da



educação, da cultura e do turismo, e que essa análise sustentasse a identificação de pontos fracos e ponto fortes do concelho e que identificasse problemas e necessidades. Disse ainda que esperava que se afirmassem as opções tomadas e que objectivamente se indicasse quais as soluções que seriam privilegiadas e quais os impactos pretendidos, mas que não encontrou essa dimensão política no documento apresentado e pensou que essa dimensão pudesse estar espelhada no capítulo I da introdução ao orçamento e GOP, mas que também aí foi esmagado por gráficos e análises que definem este documento como sendo de natureza exclusivamente financeira. Questionou-se, por isso, onde estaria a dimensão política deste orçamento e a certo momento ficou claro a opção de governação tomada: redução do endividamento à custa da contracção do orçamento, reduzindo doze milhões em cinco anos, ou seja, uma redução de quase 40%. Mais uma vez se questionou qual o alcance político desta demanda e se este caminho será o melhor para a comunidade. A seu ver, é insustentável afirmar que uma redução desta dimensão não gera uma perda na capacidade do município em servir a comunidade e aí ficou triste porque isto é ideológico. Afirmou que estamos vergados a uma visão governativa com o país ao serviço da finança, onde se aplicou um brutal aumento de impostos, não para mais e melhor servir as populações mas sim para transferir riqueza da economia real para o especulativo mercado financeiro e disse ter a certeza que a Presidente também não queria este orçamento. Dirigindo-se à Presidente da Câmara disse que isto não é ser realista, que este não é um orçamento realista porque não foi desenhado à medida das necessidades do concelho, ele é efetivamente o orçamento possível face aos constrangimentos e impedimentos a que a Presidente se encontra sujeita como acabou de comunicar na apresentação do documento. Pediu, por isso, que não fique calada, que não tenha medo de disciplinas partidárias porque garantidamente, é no partido que tem os piores inimigos, prontos a trucidá-la na primeira oportunidade, desafiando-a para que, em nome do concelho, exerça o seu direito à indignação. Congratulou-se com os êxitos da Desmor e da Escola Profissional e terminou dizendo que está pronto a admitir e aceitar que tudo o que disse esteja completamente errado assim a realidade lhe demonstre o contrário. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Dirigiu desde logo um cumprimento a todos os que trabalharam na elaboração dos documentos apresentados, em particular os funcionários da autarquia. Registou que este é o sexto orçamento e plano da maioria e é o segundo do presente mandato



e que, como todos sabem, estes documentos são indicativos, com uma forte componente económica e financeira, mas que são fundamentalmente instrumentos da definição da estratégia e da ação política que indicam o caminho e os meios financeiros para executar uma determinada estratégia política e as subseqüentes medidas de concretização e que assim sendo visam, pelo menos teoricamente, a concretização de um programa eleitoral de quem governa o município e sustentam o seu projeto político. Evidenciou que uma das grandes virtualidades dos regimes democráticos em geral é a alternativa, a diferença, o contraditório, a possibilidade de apresentar e defender projetos e propostas políticas diferentes, e que projeto político, as propostas e a agenda do Partido Socialista para o desenvolvimento sustentado do concelho não é o da atual maioria e que, como tal, por maioria de razão este não pode ser o seu plano nem o seu orçamento. Deixou claro que não está em causa a boa intenção de uma ou outra medida, da opção de dotação de uma ou outra rubrica, da inclusão de um projeto ou outro, mas sim a questão essencial de que o modelo de governação local que se defende, assim como a lógica, a visão e a estratégia política, são diferentes. Continuou dizendo que embora reconhecendo as dificuldades já salientadas que enquadram e contextualizam o exercício de 2015 impostas por este governo, e defendendo também o já falado rigor financeiro, o projeto político do Partido Socialista não se conforma nem se resigna com essas dificuldades e que, nesse quadro, a ação da assembleia enquanto órgão deliberativo e fiscalizador do executivo camarário é inerentemente política e para tal, em seu entender, as dificuldades económicas e financeiras não são o alfa e ómega da ação política nem podem ser, porque no dia em que a assembleia e a câmara municipal se resignarem perante as dificuldades financeiras deixam de ter razão de existência. Reforçou que essa preocupação fica ainda mais patente quando grande parte da nota introdutória assinada pela Presidente da Câmara é justificativa e defensiva, tentando responder antecipadamente às possíveis críticas da oposição em vez de apontar uma visão estratégica, um caminho de desenvolvimento sustentado para o concelho que mobilize os riomaiorenses. Afirmou que este é um plano e orçamento que se resigna, que tenta apenas gerir os efeitos da crise em vez de os procurar combater e que o desinvestimento patente no documento de mais de quatro milhões de euros relativamente ao ano anterior é preocupante e que, muito embora possa ser justificado pelo contexto geral e pelas directivas que vêm dos instrumentos legais, começa a condenar o futuro do concelho de Rio Maior e exemplificou a situação referindo-se a o



facto de neste orçamento o principal instrumento financeiro que estará à disposição, o quadro de estratégia comum designado Portugal 2020, aparece retratado com incerteza e reserva. Admitindo o facto de os programas operacionais e os respetivos regulamentos não terem sido ainda aprovados e que não há uma definição concreta sobre a contratualização, afirmou que aquilo que se exige de um governo local, de uma maioria camarária, de um executivo que projeta o futuro do concelho é que aponte um caminho estratégico, uma opção mobilizadora para Rio Maior, para os seus agentes privados e para os seus agentes públicos e nada se vê neste documento, dizendo-se apenas que o concelho estará preparado, a câmara municipal estará preparada para, quando forem disponibilizadas as informações sobre a contratualização, apresentar as competentes candidaturas. Considerou que isso, por si só, não chega porque entende que o orçamento devia apresentar desde já a estratégia para enfrentar o próximo Portugal 2020, o único instrumento que nos pode dar desenvolvimento sustentado no concelho de Rio Maior porque é aí que vão estar as verbas e não no orçamento geral de Estado. Por fim, disse que o Partido Socialista entende que a grande diferença entre o projeto político que defende é a ambição no futuro de Rio Maior, o facto de não se resignarem, o facto de quererem acreditar no futuro de Rio Maior e dos riomaiorenses e voltarem a ter esperança no futuro e de voltar a acreditar em Rio Maior. Assim sendo, perante tudo o que referiu, e tendo presente o contexto difícil e o enquadramento legal difícil deste mesmo orçamento, reafirmou que este não é, nem poderia ser, o orçamento do Partido Socialista e que acompanharão o sentido de voto dos vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que ouviu atentamente a intervenção anterior mas que na verdade não havendo recursos não é fácil ter mais criatividade e que é sua certeza que o executivo camarário, também ele, queria fazer muito mais e ter um orçamento muito maior mas que a conjuntura económica, já sobejamente falada, não permite mais como se pode também atestar em orçamentos de outros municípios. Disse compreender o PS quando afirma que este não é o seu projeto político e a sua abstenção vem exatamente nesse sentido, e considerou que este é um voto essencialmente político, porque em relação ao orçamento e ao documento apresentado para apreciação não foi dada nenhuma justificação que venha nesse sentido. Sobre o orçamento admitiu que este é o orçamento mais baixo da última



década e da análise feita ao documento existem vários factores para isso, desde logo a dita conjuntura económica, o facto dos valores respeitantes a fundos comunitários não estarem inscritos no mesmo por não serem ainda conhecidos os programas operacionais e também a limitação de inscrição de verbas relativas a receitas de capital provenientes da venda de propriedade municipal. Afirmou que este é um orçamento realista, construído com base nos pressupostos de cumprimento dos prazos de pagamento aos fornecedores, do contínuo decréscimo do endividamento, da manutenção dos apoios sociais e do investimento na educação, que são factores primordiais na atuação da atual Câmara Municipal. Referiu ainda que se continua a assegurar o apoio às juntas de freguesia, às associações, aos clubes desportivos, certamente não com os valores que todos desejariam mas com as verbas realistas e possíveis face às disponibilidades existentes. Realçou o facto de 10% do orçamento ser canalizado para a amortização da dívida, 25% para a educação e o aumento em de setenta e cinco mil euros no que diz respeito à verba para o fundo de emergência social e embora seja mau porque significa que há muita necessidade este é um apoio que a Câmara Municipal faz um esforço em dar para atender a necessidades primárias. Disse que o executivo municipal pode contar com o voto de confiança da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro, que lhes dá este voto para continuarem a gerir o município de uma forma clara, realista, rigorosa e dentro das possibilidades, porque é muito bonito imaginar-se a criação de projetos e o seu desenvolvimento mas atendendo ao período que o país atravessa não são momentos em que possamos entrar em desvarios e que para desvarios já chegaram os de outros tempos e de outros municípios que agora obrigam os cumpridores a contribuir para um fundo de apoio que sai também do orçamento de cada município. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que os sessenta mil euros respeitante à rubrica “outro pessoal em qualquer outra situação” se refere a programas do centro de emprego, nomeadamente estágios profissionais e explicou que não tendo a câmara todo o encargo com estes programas há a necessidade de inscrever como despesa para posteriormente o poder arrecadar com receita. Acerca dos valores com o pessoal em funções explicou que diz respeito a encargos sociais, procedimentos concursais que estão a decorrer e com os subsídios de férias que em 2014 não estavam contemplados inicialmente aquando da execução do orçamento. Afirmou ainda, em face de algumas das intervenções feitas, que o serviço da dívida não é uma opção e que reduzir os prazos médios de



pagamento a fornecedores não é uma opção, são uma imposição, lembrando que as coisas mudaram muito e que o discurso que hoje não pode ser igual aos dos anos anteriores porque existe um conjunto de limitações e consequências para os executivos municipais se não cumprirem com todo o enquadramento legal que hoje se apresenta. Saliu que nos últimos cinco anos o único empréstimo de volume feito foi o do PAEL e para pagar a dívida da água. Disse não seguir disciplinas impostas, que em algumas matérias está até em contraciclo com as mesmas, e que aquilo que se está a fazer é a gerir com rigor as contas públicas preparando o futuro de Rio Maior, dos riomaiorenses e principalmente as decisões de quem num próximo mandato possa estar nos lugares de eleitos. Relativamente à ação social disse que são cerca de 2,9% do orçamento e que infelizmente assim é porque há necessidade deste apoio imediato articulado com diversas entidades. Terminou dizendo que os argumentos que usa para defender o orçamento seguramente são os mesmos que os seus colegas presidentes de câmara do PS usam para defender o deles e que os deputados municipais em outros municípios que estão na oposição utilizam certamente os mesmos argumentos que o Deputado João Sequeira aqui utilizou. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 7 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Jacinto Madeira Correia, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, João Figueiredo Vargas Lopes, Rui Miguel da Costa e Silva, **Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** e o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e 4 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (31 presenças). --

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Não posso aceitar que o voto de um orçamento seja uma profissão de fé porque é precisamente nas dificuldades que temos que ser mais criteriosos e racionalistas. No entanto abstenho-me porque sei reconhecer o trabalho que a Senhora Presidente e o seu executivo têm vindo a desenvolver no sentido de gerir o município apesar de todas as limitações que lhe são impostas.” -----

----- **Declaração de Voto da Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** que se transcreve na íntegra: -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com desejos de boas festas. -----

----- “ O meu voto favorável a este orçamento é um voto de confiança ao executivo do município, ainda que não seja o orçamento desejado. Voto favoravelmente porque acredito que serão honrados os compromissos assumidos na reunião de trabalho que ocorreu no dia 2 de dezembro entre os presidentes de junta e o executivo da câmara. Foi assumido pelo executivo da câmara que a remodelação da rede de abastecimento de água da Vila da Marmeleira, independentemente da candidatura submetida ao “Ciclo Urbano da Água” ser aprovada ou não será assumido pelo executivo e será executada. Também o executivo assumiu que serão incluídos numa revisão ao orçamento as verbas que deverão ser acordadas entre a câmara e as freguesias correspondentes aos acordos de execução e interadministrativos para o ano de 2015, uma vez que neste orçamento o que consta são as verbas que não foram transferidas no ano de 2014 e que o executivo também assumiu que serão transferidas até final de janeiro de 2015.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação a esta matéria naturalmente voto contra e voto contra porque considero este orçamento para 2015 globalmente modesto, pouco ambicioso e um reflexo de que Rio Maior continua a andar para trás objectivamente. É nos momentos de maior dificuldade que se vê o ânimo perante as adversidades e o “jogo de cintura” de quem governa, pelo que se esperava um pouco mais de criatividade e imaginação no capítulo da angariação de receitas, que não pode ser feita apenas com recurso a taxas, mais a mais verificando-se um crescimento da dependência em relação ao poder central constatando-se que quase 50% das receitas efetivamente cobradas provêm por essa via. É um orçamento claramente de gestão corrente, de travessia do deserto, que deslustra Rio Maior, que já teve orçamentos muito mais elevados que este em anos idos. Trata-se de um orçamento que servirá certamente os interesses da coligação que governa a câmara, mas não serve seguramente os interesses dos riomaiorenses na sua totalidade, até porque gerir uma câmara não se resume a controlar a conta corrente e a ir amortizando ou diminuindo dívidas, sendo de esperar por parte da população, da parte de quem dirige, uma atitude empreendedora que, num concelho como o de Rio Maior, e no atual contexto económico é decisiva para animar e rebocar a economia local. Pagar dívidas não significa que não se possa



crescer economicamente ao mesmo tempo. Mas não é só por estes motivos que voto contra, faço-o igualmente porque juntamente com as grandes opções do plano e com o orçamento para 2015 se encontra anexo o mapa de pessoal para 2015. Ora, considero extremamente grave que a votação do mapa de pessoal, sendo esta uma competência de apreciação e fiscalização da Assembleia Municipal cuja aprovação se encontra expressamente prevista na linha o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, dizia, considero extremamente grave que a mesma votação do mapa de pessoal para 2015 não tenha constado do texto da ordem de trabalhos neste ponto específico, uma vez que o mesmo acompanha o assunto aqui votado e me foi facultado *online*. Por este mesmo motivo considero este mapa de pessoal de 2015 não votado oficialmente de acordo com as normas legais aplicáveis.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Votei favoravelmente este orçamento, e conhecedor das grandes dificuldades que o país atravessa e o concelho de Rio Maior não é exceção, acho que é um orçamento, como disse a nossa Presidente, realista e o possível. Preocupa-me e creio que preocupa todos os presidentes de junta meus colegas, o facto de ainda não ter existido para as juntas de freguesia as respetivas transferências este ano, no entanto, não é só para a CDU que a palavra é sinónimo de escritura e de seriedade. Esta Câmara teve a preocupação de ter com as juntas de freguesia, e assumindo em cumprimento as transferências, uma reunião onde se comprometeu com dois assuntos já abordados pela minha colega Amélia, fazer o pagamento do que está em dívida em meados de janeiro, seria o objetivo, e na primeira revisão orçamental que fosse possível ser executada, contemplar as juntas de freguesia com verba similar à que foi delegada durante este ano. Nesse sentido, agradecer à Câmara, obviamente exigir também à Câmara, um comportamento para com as juntas que possa fazer com que as juntas desempenhem o seu trabalho na plenitude porque as juntas, como é conhecido, fazem um trabalho de proximidade melhor e mais barato que a Câmara municipal ou qualquer outro organismo do governo central, chamemos-lhe assim. Gostava de deixar um desafio à nossa Presidente e aos nossos Vereadores, mantenham por favor a aposta nas freguesias que as freguesias seguramente



manterão a solidariedade política e sobretudo no trabalho por forma a servir cada vez melhor as populações. Por fim, manifestar algum descontentamento e alguma pena que alguns do que aqui presentes que aproveitam para, por palavras suas, castigar esta política e este governo com a sua abstenção ou voto contra, não consigam entender que é precisamente por causa da ação de outros executivos e de outros governos que este orçamento apresenta as limitações que todos verificamos. Como infelizmente tem sido habitual “uns comeram os figos a outros rebenta-lhes a boca.” ---

----- **Ponto II – Autorização para a contratação de empréstimo de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria no ano de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que é até ao valor de 900 000, 00 € (novecentos mil euros) com prazo ate 31 de dezembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (28 presenças). -----

----- **Ponto III – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – ano de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor, 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e 3 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós normalmente votaríamos a favor relativamente a este ponto só não o fazemos atenta a existência do ponto 3 que diz que pode vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas e funcionamento de carácter continuado e repetitivo, e esta expressão, que entendemos



que torna impossível, é o total cheque em branco para uma atitude de governação presidencialista. A Senhora Presidente não vai entender seguramente isto como uma posição pessoal relativamente a si, mas é uma posição política que nos leva a votar contra este ponto e este pedido de autorização.” -----

----- **Ponto IV – Contrato Programa com a Desmor EM,SA para o ano de 2015**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que presentemente o contrato-programa se resume aos valores mínimos possíveis para que seja desenvolvida a prática desportiva definida município em prol das populações, escolas e clubes locais e sejam praticados os preços sociais para utilização dos diversos equipamentos desportivos. Deixou ainda um agradecimento público ao conselho de administração da Desmor na pessoa do Dr. Carlos Coutinho e do Eng.º Lopes Candoso, assim como a todos aqueles que se empenham na promoção, na divulgação e na gestão da empresa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Destacou a estabilização e o ligeiro aumento do volume de faturação da empresa, agora na ordem dos 1,4 milhões de euros, e o reforço da melhoria da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente ao nível dos visitantes do centro de estágio e pela notoriedade que se vai sabendo e conhecendo. Quanto aos encargos com pessoal disse haver um pequeno aumento, mantendo o número de colaboradores, e num outro aspecto destacou também a redução de serviços externos e a redução de transferências da Câmara Municipal. Assinalou também, apesar da estabilização do volume de faturação, a possibilidade de haver um investimento na ordem dos sessenta mil euros. Introduziu ainda um outro ponto que é o aspecto da complementaridade entre a Desmor e a escola Superior de Desporto de Rio Maior que em conjunto potenciam o turismo local e o comércio e também a visibilidade da cidade que traz ganhos que não estão diretamente traduzidos em euros neste documento. ----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----



----- “Eu aqui voto a favor como já votei e quando falo na Desmor é um sentimento grande que tenho porque fui eu que registei a Desmor, fiz parte do primeiro conselho de administração da Desmor e vejo a Desmor com um futuro grande em Rio Maior. Portanto eu votei a favor, concordo com a maioria das situações, alertando para a necessidade da otimização dos recursos energéticos e os consumos de água, para que a sua autonomia seja total”. -----

----- **Ponto V – Proposta de alteração ao Regulamento do uso do fogo e da limpeza de terrenos privados** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que se trata da retificação do artigo 23º do regulamento por não fazer sentido a exigência nele feita no que respeita à apresentação de declaração a emitir pela Associação de Bombeiros Voluntários de Rio maior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Disse não haver muito para dizer acerca deste ponto porque se trata apenas de uma pequena alteração que beneficia quem quer realizar o lançamento do fogo de artifício já que antes desta alteração quem o quisesse fazer tinha que previamente se deslocar aos Bombeiros para dar conta dessa intenção e dali trazer uma declaração para apresentar com o pedido de licenciamento na Câmara Municipal mas que, como a Câmara já é obrigada a informar posteriormente o licenciamento aos bombeiros, o procedimento prévio não faz sentido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Ponto VI – Proposta de alteração ao Regulamento do Cineteatro – atualização da tabela de taxas** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que esta necessidade de alteração vem por via da evolução tecnológica da projeção de filmes em cinema digital. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 29 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----

----- **Ponto VII – Proposta de alteração ao Regulamento de atribuição de habitações sociais em regime de renda apoiada** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, alertando para o facto de haver uma pequena imprecisão na numeração das alíneas dos artigos 6º, 9º e 19º, quem em nada altera o conteúdo dos mesmos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Considerou não haver qualquer problema desde que a proposta seja corrigida e visto não existir qualquer alteração ao seu conteúdo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que desde o início de janeiro até ao final de novembro já foram mortas quarenta mulheres vitimas de violência doméstica e quarenta e seis mulheres foram vitimas de tentativa de homicídio que felizmente não foram bem sucedidas e não resultam na morte da vitima, considerando estes números assustadores se tivermos em conta que ainda não terminou o ano. Disse que são números que transmitem uma realidade de cerca de quatro mulheres mortas por mês em consequência de violência doméstica, e acrescentou que é sabido que o caminho para diminuir esta calamidade social não é fácil sendo todos os atos e iniciativas bem vindos. Referiu que uma grande parte das mulheres vítimas de violência doméstica permanece na casa de família por dificuldades económicas, nomeadamente, por dificuldades em suportar uma renda de uma casa onde pudesse estar afastada do agressor e que a introdução da Variável de pontuação “Vítimas de Violência Doméstica” no regulamento, que se traduz na alteração da matriz de pontuação de que consta o anexo 1 do Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão da Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada, vai contribuir para que mulheres em situação de risco sintam algum apoio e não arisquem a engrossar o números negros das vítimas mortais. Relativamente à correção da numeração disse que esta não impede a compreensão do documento e que como tal considera que a



interpretação do conteúdo não é afetada por esse lapso. -----

----- Desejou um natal em paz e que a quadra natalícia seja passada com saúde. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Ponto VIII – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 3º Trimestre de 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que a Assembleia Municipal é a entidade competente para monitorizar e fiscalizar o PAEL. Disse ainda que dos dados contantes do relatório destaca-se o cumprimento do prazo dos pagamentos e a redução do montante em atraso. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Referiu que em notícia dada pelo jornal “O Mirante” foi dito que não estavam a ser cumpridos os pressupostos fixados no que se refere ao PAEL. Questionou se esta notícia é verdadeira ou não. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que o artigo completo referia que não estavam a ser cumpridos os pressupostos para benefício dos munícipes e foi fruto de uma explicação em reunião de Câmara, que foi apoiada e reforçada por todos os vereadores, sendo o exemplo dado o facto de os parques de estacionamento cobertos não estarem a ser pagos. Disse ainda que a Câmara Municipal, na sua gestão, faz por cumprir o legalmente estabelecido, os acordos e os contratos que faz, mas uma vez que a câmara não se encontra na condição do programa 1, onde obrigatoriamente tinham que cumprir todas as imposições colocadas em termos de receita para fazer face à despesa, ainda tem alguma autonomia e possibilidade de não ter que aplicar algumas medidas e algumas taxas máximas. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Esclareceu que teve conhecimento da situação oficiosamente a avaliar por aquilo que o citado jornal publicou, mas registou o facto de a Câmara estar agora muito condoída com os munícipes para não os onerar mais por causa desta questão do PAEL, abdicando da cobrança máxima, total ou parcial destas taxas, como por exemplo as de estacionamento. Afirmou que, no entanto, pode sempre dizer que então poderia ter começado logo por baixar o IMI, cuja taxa é uma das mais altas do país, ou



em relação à participação variável no IRS, que está também fixada no limite máximo, devolver uma parte aos munícipes que é o que fazem alguns concelhos em relação aos sujeitos passivos com domicílio fiscal, ou poderia também de certo modo tentar baixar o preço do metro cúbico da água, que é igualmente elevado. Considerou que vir agora justificar o não cumprimento de determinadas imposições do PAEL em matéria de taxas, como as do estacionamento, com a argumentação de que não se quer prejudicar os munícipes é uma argumentação que não colhe e faz lembrar um pouco as “lágrimas de crocodilo”, porque os compromissos são para honrar e por haver outros meios para reduzir os custos imputados aos munícipes e que os penalizam muito menos do que as taxas previstas no PAEL. Indicou o sentido de voto como abstenção por uma questão de coerência. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A bancada da CDU abstém-se por uma razão de carácter político, não relativamente ao documento apresentado que é uma monitorização do PAEL, isto que fique claro, mas porque a CDU politicamente é contra o PAEL, e isto que fique claro.” -

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----



----- Quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____